

Relevância da Análise das Demonstrações Contábeis para Concessão de Recursos pelas Cooperativas de Crédito

Lucas Alberto dos Santos¹

Lucas Ubirajara Siqueira²

Juliana Leonardo de Oliveira Bergamini³

RESUMO

O crédito como um componente importante na dinâmica da economia nacional necessita antes da sua concessão às empresas e pessoas passar por um processo de planejamento e gestão, com o intuito de realizar o adequado atendimento às necessidades dos clientes e, ao mesmo tempo, respaldar o concessor frente ao crédito concedido. Visa-se, portanto, ao benefício para ambos, dado que há a possibilidade do não cumprimento da obrigação do tomador de recursos, o que gera um risco de crédito. Neste contexto, tem-se nas cooperativas de crédito a vantagem do empréstimo de recursos aos cooperados com taxas menores, porém, o risco do não recebimento dos valores emprestados pelas cooperativas aos seus associados pode acarretar sérios prejuízos a essas instituições e, conseqüentemente, aos seus próprios usuários. Assim, esse tipo de cooperativa tem o crédito como o seu negócio principal, o que faz necessária a análise das demonstrações contábeis a fim de evidenciar a liquidez e a estabilidade financeira do associado para cumprimento do pagamento da transação de crédito realizada. O trabalho em questão tem como objetivo verificar se tais cooperativas utilizam-se das demonstrações contábeis na avaliação das empresas para concessão de crédito e qual aspecto é mais relevante para as cooperativas. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, descritiva e bibliográfica. Utiliza-se a pesquisa bibliográfica para aprofundamento teórico e reflexivo sobre a utilização das demonstrações contábeis pelas cooperativas de

¹ Graduando em Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: lucasalberto.13@hotmail.com

² Graduando em Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: lusiqueira1995@gmail.com

³ Graduada em Ciências Contábeis, Mestre em Controladoria e Contabilidade. Docente no Centro Universitário UNIFAFIBE. E-mail: ju.bergamini@hotmail.com.br

crédito em suas operações. Como conclusões verificou-se que as cooperativas de crédito fazem uso das demonstrações contábeis por meio de análises financeiras e contábeis atentando-se à liquidez e endividamento, o que auxilia a cooperativa de crédito, como instituição financeira, a identificar e a minimizar os riscos da operação junto ao cliente, sendo que os resultados apresentados após as análises definem a decisão e a viabilidade da concessão de crédito pela instituição ao associado.

1 INTRODUÇÃO

O crédito é um componente importante na dinâmica da economia nacional, contribuindo para estímulos ao consumo. A restrição ao crédito ocasiona recessões no consumo e, conseqüentemente afeta o setor produtivo do país. Neste contexto, as cooperativas de crédito ampliaram os seus negócios na concessão do crédito. As cooperativas de crédito consistem em instituições financeiras captadoras de depósitos à vista na estrutura do sistema financeiro nacional e funcionam conforme as normas do Conselho Monetário nacional.

Bressan et al (2015) apontam que a procura de serviços destas instituições financeiras amplia-se em decorrência das taxas de juros e custos de serviços com valores mais baixos em comparação às impostas pelo sistema bancário.

Essa concessão de crédito utiliza-se de procedimentos de análise de crédito comumente utilizados no sistema financeiro. Dessa forma, a análise das demonstrações contábeis é um importante componente para análise de crédito a fim de evidenciar a liquidez e estabilidade financeira da empresa para cumprimento do pagamento da transação de crédito realizada.

Considerando o alinhamento da análise de demonstrações contábeis na concessão de crédito, em meio ao crescimento da atuação das cooperativas de crédito, tem-se o seguinte problema de pesquisa:

Qual a importância da análise de demonstrações contábeis na concessão de crédito pelas respectivas instituições financeiras?

O objetivo do presente trabalho é, portanto, verificar se tais cooperativas utilizam-se das demonstrações na avaliação da empresa para concessão de crédito e qual aspecto é mais relevante para as cooperativas.

Desta maneira, este estudo possui como objetivo geral analisar a utilização das demonstrações contábeis para concessão de crédito. Os objetivos específicos são os

seguintes: refletir sobre o conceito de cooperativas e suas funcionalidades; identificar os aspectos da análise de demonstrações contábeis como componente para concessão de crédito; e, discutir a utilização das demonstrações contábeis para análise econômico-financeira pelas cooperativas de crédito no processo de concessão de crédito.

De acordo com Franchin (2002), a concepção metodológica de desenvolvimento deste estudo qualifica-o como básico, descritivo, bibliográfico e qualitativo. Utiliza-se a pesquisa bibliográfica para aprofundamento teórico e reflexivo sobre a utilização das demonstrações contábeis pelas cooperativas de crédito em suas operações. Por meio da pesquisa bibliográfica busca-se compreender primeiramente o contexto das cooperativas de crédito e, sequencialmente discorrer sobre a importância e concepção da análise de demonstrações contábeis, finalizando com a visualização da utilização da análise de demonstrações nas cooperativas de crédito.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cooperativismo

Conforme Pedon (2013), o cooperativismo é considerado uma das estratégias para auxiliar os agricultores familiares em melhorias em sua propriedade a fim de concorrer junto a sua mercadoria no mercado quando comercializada; auxiliando assim no desenvolvimento rural sustentável dos produtores (cooperados), como a região e o país.

Para Menezes (2004), a cooperativa iniciou-se com a mesma linha de um sistema bancário com depósitos, linhas de créditos. O cooperativismo teve como fator disseminador o empenho de grandes líderes que difundiram o conceito de “Todos-Juntos”. Assim a cooperativa de crédito tem por finalidade atingir dois objetivos principais: possuir um plano de poupança de forma sistemática a fim de tornar possível atender as necessidades dos produtores junto a linhas de créditos especiais, com um juro diferencial, com taxas menores que o mercado apresenta.

Assim Pinho (2004), ressalta que as cooperativas de crédito desempenham um papel muito importante como propulsor de desenvolvimento econômico social devido aos fatores:

a) Proporciona ao associado um processo democrático, onde as suas decisões financeiras individuais auxiliam no processo de desenvolvimento do grupo e comunidade.

b) As decisões tomadas na cooperativa de crédito sobre o seu desenvolvimento são realizadas por representantes da própria classe social;

c) Linhas de crédito de forma humanizada, onde o associado conhece as suas responsabilidades perante a cooperativa, reduzindo assim a inadimplência;

d) Linhas de crédito concedidas com menores taxas de juros, tarifas reduzidas, prazos e garantias de acordo com a realidade do produtor;

e) Cooperativas não visam lucro, porém geram sobras quais são estabelecidas em estatuto a divisão aos associados de acordo com as operações realizadas dentro do ano.

Segundo Meinen (2002), a edição da Resolução nº 3.106/03, com o cumprimento o cumprimento do Art. 5o., XVII, c/c com Art. 174, § 2o., de nossa Constituição Federal, demonstra que as cooperativas de crédito estão sofrendo constantes inovações de serviços, modelos, processos, gestão; para que possam atender as demandas do mercado.

O autor ainda ressalta que a cooperativa permanece a principal diferencial das cooperativas de crédito em prestar serviços financeiros aos seus associados, trazendo por consequência uma melhor qualidade de vida devido ao acréscimo de renda. Mas cada vez mais as cooperativas buscam pela redução de custos, agregação de novos associados, disponibilidade e acesso de novos produtos. Para que esta “nova realidade” se perpetue a sua organização é vista de forma sistêmica, com a contratação de profissionais qualificados para o desenvolvimento das ações que cada vez mais se demonstram próximas a ações competitivas diárias de sistemas bancários tradicionais.

Conforme Pinho (2004), atualmente o Brasil apresenta o Sistema Pioneiro de Crédito Cooperativo é estruturado em três macro sistemas – SICREDI, SICOOB e UNICRED.

O artigo realizado teve como fundamentação de suas pesquisas realizadas no SICOOB (Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil) – sendo um sistema integrado de cooperativas presente em todos os estados brasileiros; sendo levantado a importância da remuneração estratégica junto a gestão de pessoas realizada com o objetivo de recompensar o colaborador referente ao seu desempenho nas atividades dentro da cooperativa.

2.2 Contabilidade das Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito são classificadas de acordo com a Resolução do CF nº 876, em 18 de abril de 2000 como Instituições Financeiras. As Instituições financeiras podem ser associações; agências; cooperativas ou bancos, com finalidade de: empréstimo; investimentos; poupança; crédito, títulos e valores imobiliários, entre outros.

Referente às suas obrigações junto à escrita contábil, as Instituições Financeiras seguem as mesmas obrigações contábeis das demais empresas. Seguindo as normas brasileiras de contabilidade, de acordo com a Lei 11.638/07, a Lei nº 11.949/09.

De acordo com o Banco Central do Brasil, junto a circular nº. 1.561 de 19 de novembro de 1989, as Instituições Financeiras classificadas como cooperativas de crédito têm como obrigação a publicação de: balancete patrimonial analítico na data base de 30 de junho e os resultados do 1º semestre. Ao final do exercício anual se faz necessário apresentar os resultados do exercício.

De acordo com a NBC T 3.3. a demonstração do resultado é alterada para Demonstração de sobras ou perdas, devendo ser demonstrado a composição do resultado diminuídos dos dispêndios, das despesas e demonstrado separadamente por produto e serviços desenvolvidos dentro de um determinado período.

As demonstrações dos resultados dos exercícios devem conter a demonstração de sobras ou perdas, especificadas de acordo com a Resolução do CFC nº 1013, em 21 de janeiro de 2015.

As publicações de demonstrações contábeis realizadas para os associados devem seguir a Lei nº 11.638/07 e as Normas Brasileira de Contabilidade.

Para Zdanawicz (2010, p. 36), as publicações das demonstrações financeiras para os associados devem conter: i) relatórios; ii) demonstrações financeiras; iii) pareceres, etc.

i) Relatório administrativo: são documentos informativo, sendo realizado pelo Diretor-Presidente, com objetivo de demonstrar o desempenho da cooperativa em relação ao seu exercício anterior. Sendo este sob as óticas econômica, financeira e patrimonial. (ZDANAWICZ, 2010).

ii) Demonstrações Financeiras: de acordo com a Lei nº 6.404/76, as demonstrações que devem ser publicadas pela cooperativa são:

- I. *Balanço Patrimonial (BP)* - tem como objetivo apresentar a situação financeira da empresa, em um determinado prazo. Geralmente utilizado pelas empresas um ano. O balanço patrimonial é a principal demonstração contábil, que reflete a posição financeira da empresa em um determinado momento; como se fosse uma foto. (MARION 2007, p.42).
- II. *Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)* - sua principal função é demonstrar se a empresa obteve lucro ou prejuízo no exercício social. Sua apresentação é na forma vertical, onde comprovam-se as variações positivas, receitas, ganhos e sobras e os resultados negativos, os custos, as despesas e as perdas. (ZDANOWIZ, 2010, p.43).

Como a cooperativa não como objetivo fins lucrativos e sim ajudar os seus cooperados, a sua DRE é chamada de Demonstração de sobras ou perdas (DSP), de acordo com o Art. 187 da Lei nº. 6.404/76 com as alterações da Lei nº. 11.638/07, e da Lei nº. 11.941/09, que visa:

- I. A receita bruta das vendas, deduções de vendas e abatimentos de impostos;
 - II. Receita líquida das vendas, custo da mercadoria e sobra bruta;
 - III. Despesas com vendas, despesas financeiras, despesas operacionais e administrativas;
 - IV. Sobra ou perda operacional;
 - V. Resultado do exercício do imposto de renda passado e provisão para o próximo imposto;
 - VI. Participação dos associados em fundos de assistência ou previdência;
 - VII. Sobra da perda líquida do exercício.
- III. *Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)* – sendo uma ferramenta contábil que relaciona entradas e saídas de recursos financeiros do caixa em um determinado período; auxiliando nas análises realizadas da situação econômica e patrimonial em que a cooperativa se encontra naquele determinado momento. (ZDANOWICZ, 2010, p. 46)
 - IV. *Demonstração de Sobras ou Perdas Acumuladas (DSPA)* – demonstrará o montante de sobras que serão distribuídas aos associados ou investidos em novos negócios. A demonstração tem como objetivo evidenciar as alterações que ocorrerão junto ao resultado acumulado da cooperativa. (ZDANOWICZ, 2010, p. 51).

A demonstração deve ser realizada de acordo com a Lei nº. 6.404/76 das Sociedades Anônimas para as cooperativas em seu art. 186, no qual deverá conter: I. o saldo inicial do período e os ajustes do saldo dos exercícios anteriores; II- perdas e sobras do exercício anterior; III- sobras a ser distribuídas; a parcela a ser incorporada ao capital e o saldo final do período em questão.

V. *Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL (DSPA)* – sendo uma importante demonstração, devido a demonstrar todas as alterações realizadas no Patrimônio Líquido da cooperativa dentro do resultado do exercício. Demonstrando assim a incorporação das cotas; ajustes dos exercícios anteriores e do atual; sobras; incorporações de reserva de capital e o resultado do exercício após as alterações realizadas. (ZDANOWICZ, 2010, p. 52).

2.3 Análise das Demonstrações Contábeis

De acordo com Matarazzo (2010, p. 8), foi em 9 de fevereiro de 1985 que o Conselho Executivo da Associação dos Bancos no estado de *New York* solicitou que seus membros solicitassem as empresas tomadoras de crédito declarações formais, escritas e assinadas de suas declarações contábeis, com seus ativos e passivos. Iniciando assim o processo de análise das demonstrações contábeis, por meio do Balanço Patrimonial e outros documentos que demonstram a situação econômica financeira das empresas.

Para Marion (2007, p.15), para que se tenha condição de conhecer de fato a situação econômica financeira de uma empresa, se faz necessário analisar três relatórios que são fundamentais: rentabilidade e a liquidez (situações econômicas) e o endividamento (estrutura e capital).

Assim Matarazzo (2010, p.3), conclui que as demonstrações financeiras são uma série de dados sobre a empresa, a fim de confrontar as demonstrações contábeis e transformá-las em informações que demonstrem os pontos cruciais da empresa a fim de assessorar na toma de decisões da empresa ou solucionar problemas.

Para Assaf Neto (2010, p. 35), junto à análise de balanço é possível analisar as informações do passado, presente e futuro (projeção) da empresa. Tendo como finalidade uma análise econômica financeira.

O analista ao analisar o balanço se preocupa com as demonstrações financeiras e os resultados que demonstrará. Se a empresa tem condições de pagar suas dívidas, se está evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente; demonstrando assim se a empresa é mal ou bem administrada. Esta informação é de extrema importância aos clientes escolherem a empresa e a novos sócios conhecerem a empresa para possíveis investimentos, por meio de relatórios técnicos econômicos e financeiros. (MATARAZZO, 2010, p.5).

Assim Marion (2007, p. 22), para averiguar as demonstrações financeiras já auditadas ajuda a ter embasamento de tomadas de decisão, se faz necessário a análise de três períodos contábeis; ficando assim mais fácil visualizar o seu desempenho. Assim a análise econômica financeira é uma ferramenta para auxiliar as empresas a tomarem decisões e realizar seu planejamento estratégico.

2.4 Importância da Análise na Cessão de Crédito

Para Blatt (1999), cada analista possui uma forma de analisar uma empresa a fim de conceder crédito. Assim não é possível definir uma forma correta, um método matemático e específico para ferramentas de análise de concessão de crédito.

Já Mori (2011, p. 19), é uma ferramenta chave na análise de crédito por possuir métodos e ferramentas que demonstram a real situação da empresa, podendo assim prever seu desempenho no futuro. As análises apresentadas definiram o limite máximo de empréstimos e financiamentos no qual a empresa pode solicitar.

Conforme Neto (2010, p. 40), bancos comerciais e de investimentos, são considerados intermediários financeiros e utilizam da análise de balanços. Faz importante no relacionamento entre banco e cliente as análises de curto e longo prazo, que demonstraram o grau de endividamento, a rentabilidade, a solvência, tendo como objetivo auxiliar o banco na tomada de decisões junto ao cliente como: concessão e renovações de empréstimos, entre outros.

Assim Mori (2011, p. 20), destaca que além das análises das demonstrações financeiras para concessão de crédito, outras ferramentas podem auxiliar na análise junto ao banco, sendo entrevistas com cliente, visitas ao negócio, análise do setor. Estas ações demonstram ao banco a solvência e liquidez da empresa junto a solicitação de crédito; demonstrando que a empresa honrará com o pagamento firmado perante ao banco.

Já Schrickel (1995, p. 175), descreve que as demonstrações relatam as operações, o gerenciamento e a saúde financeira da empresa, sendo estes instrumentos que auxiliaram na concessão de crédito por instituições financeiras.

Assim Silva (2000, p. 164), ressalta que:

[...] diversas metodologias podem ser utilizadas a fim de analisar o risco do cliente junto a sua capacidade de pagamento, podendo utilizar se de ferramentas como: análise horizontal e vertical, Índices financeiros demonstração de lucratividade, demonstração da liquidez, fluxos de caixa e fluxos de recursos, investimento operacional em giro, capital de giro, capital permanente da empresa.

Conforme Silva (2003, p. 27), são necessárias para análise da capacidade financeira da empresa junto de concessão de crédito itens como: caráter, capital, colateral, condições e capacidade. Sendo apresentados na figura abaixo:

FIGURA 1 - Concessão do Crédito

Caráter	Idoneidade no mercado de crédito
Capacidade	Habilidade em converter investimentos em receitas
Capital	Situação financeira
Colateral	Situação Patrimonial
Condições	Impacto de fatores externos sobre a fonte geradora de receita

Fonte: SILVA (2003, p. 78-79)

Para Berni (1999, p. 92), além de considerar os balanços e registros contábeis, outras ferramentas devem auxiliar na decisão de concessão de créditos, sendo: patrimônio, lucros, parceiros e investidores, produtos e participação do mercado, cadastros de clientes e fornecedores, faturamentos.

2.5 Principais Linhas de Crédito Para Empresas

Para Lobrigatti (2013), as empresas precisam de investimentos para renovar o patrimônio e ampliar as suas vendas. Podendo ser este investimento com recursos próprios ou de terceiros.

Assim Brunini (2011, p. 57) destaca algumas linhas de crédito oferecidas por instituições financeiras. Conforme apresentado na figura abaixo:

FIGURA 2 - Linhas de Crédito

MODALIDADE	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Capital de Giro	O capital de giro de uma empresa é o total de todos os recursos financeiros investidos no caixa, bancos, estoques e valores a receber de clientes. Evidentemente, o capital de giro está ligado ao volume de vendas, compras, custo das vendas e, principalmente pelos prazos médios de estocagem, recebimento das vendas a prazo e pagamento de compras.	Capital de Giro com Garantia de recebíveis; Crédito pré-aprovado para fluxo de caixa; Conta garantida como limite de crédito em conta corrente; Limite de cheque em conta corrente.
Antecipação de recebíveis	Este produto antecipa valores a receber das vendas a prazo com cheque, duplicatas, títulos ou cartões. A necessidade de antecipar os créditos que ainda vão entrar no caixa, surge diante dos prazos de recebimento serem maiores que os prazos de pagamento.	Desconto de cheques; Desconto de duplicatas; Desconto de Recebíveis de cartão crédito.
Financiamento	Este crédito fica disponível nos bancos para ampliar, reformar, modernizar, informatizar a empresa, compras de máquinas ou equipamentos. A análise é feita mediante a condição de pagamento que a empresa deseja, o que normalmente é de longo prazo.	Financiamento de imóveis; Financiamentos de equipamentos; Financiamento de veículos; Financiamento de infraestrutura.

Fonte: Adaptado de Brunini (2011)

Na modalidade de linha de crédito para pequenas e médias empresas no Brasil, estas podem ser classificadas como recursos livres, taxas de juros, prazos ou recursos de fontes privadas, sendo contas garantidas, desconto em duplicatas, sendo o fomento de concessão de empréstimo programas desenvolvidos junto ao Banco Central. BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Em relação a financiamentos de curto prazo, existem no mercado: contas garantidas; antecipação de recebíveis (desconto de duplicatas); vendor (a empresa pega uma linha de crédito no qual o banco irá financiar o comprador); comprar (a empresa pega uma linha de crédito no qual o banco irá financiar o vendedor).

Referente a financiamentos de longo prazo, as pequenas e médias empresas contam com projetos de investimento e recursos como finame de maquinas e equipamentos de informática, junto a concessão de crédito pelo BNDES. (BNDES, 2015).

3 METODOLOGIA

O presente estudo fará uso da pesquisa bibliográfica e exploratória para alcançar o objetivo geral e específico delimitados.

Para Gil (2010, p. 44), a pesquisa bibliográfica tem como embasamento investigações sobre a análise que cerca um problema em questão. Apresenta, também, caráter de pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem classificada como qualitativa.

De acordo com Medeiros (2007, p.26), a pesquisa exploratória envolve o levantamento bibliográfico e estudos de casos, a fim de o pesquisador poder expressar hipóteses ou opiniões sobre o assunto em questão abordado.

Já Gil (2010, p 27) descreve que a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar uma familiaridade entre o pesquisador e o problema, possibilitando ao pesquisador flexibilidade para desenvolver as hipóteses sobre o problema.

Dessa forma, a presente pesquisa focou primordialmente em estudos publicados em artigos científicos, livros sobre o tema e legislações vigentes para retratar a relevância da análise das demonstrações contábeis pelas cooperativas de crédito quando da concessão de recursos aos cooperados.

4 RESULTADOS

Pelo desenvolvimento da pesquisa realizada, constatou-se que as análises das demonstrações contábeis dos cooperados possuem extrema relevância no processo de concessão de crédito.

As instituições financeiras possuem linhas de créditos, linhas estas cuja finalidade é a concessão de capital para que as empresas possam aplicar os recursos em suas atividades operacionais e de investimentos, o que possibilita o crescimento e perpetuidade das mesmas.

Considerando que as análises financeiras e contábeis têm por objetivo auxiliar a instituição financeira a identificar os riscos da operação junto ao cliente, os resultados apresentados após as análises irão definir a decisão e a viabilidade da concessão de crédito pela instituição ao cliente.

Para tal análise ser realizada pela instituição são utilizadas ferramentas contábeis como: Balanço Patrimonial, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido entre outros.

Pela pesquisa bibliográfica um aspecto relevante consiste na não existência de um modelo formal de análise de concessão de crédito, sendo levada em consideração a forma de trabalhar e analisar junto ao analista da instituição financeira.

Por fim, conclui-se que a análise das demonstrações contábeis possibilita, juntamente com a capacidade de interpretação dos envolvidos no processo de concessão de crédito, uma importante ferramenta na minimização das perdas na

cessão de recursos pelas cooperativas de crédito. Isso permite, também, tomar decisões mais acertadas quanto à taxa de juros a ser cobrada do cooperado, taxa está de acordo com o perfil de risco do cliente.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços – um enfoque econômico financeiro comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório da economia bancária e crédito**. 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2013.pdf
Acesso em: 28 agosto 2018.

BLATT, Adriano. **Avaliação de risco e descrição de crédito**. São Paulo: Nobel, 1999.

BERNI, Mauro Tadeu. **Operação e concessão de crédito: os parâmetros para a decisão de crédito**. São Paulo: Atlas, 1999.

BRESSAN, Valéria Gama Fully et al. Uma proposta de indicadores contábeis aplicados às cooperativas de crédito brasileiras. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 2, n. 3, 2010.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Apoio às micro, pequenas e médias empresas**. Junho/2015. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/4261/1/Cartilha%20MPME%202015.pdf> Acesso em 28 agosto 2018.

BRUNI, Adriano Leal. **A Análise Contábil e Financeira**. São Paulo: Atlas, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - RESOLUÇÃO CFC Nº 1.013/05. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001013. Acesso em: 23 agosto 2018.

DIAS, Donaldo de Souza; DA SILVA, Monica Ferreira. **Como escrever uma Monografia: Manual de Elaboração com Exemplo e Exercícios**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLLO, Vanderlei; DA SILVA, Tarcísio Pedro. **Eficiência global no desempenho econômico-financeiro de cooperativas de crédito brasileiras**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 9, n. 25, 2015.

LOBRIGATTI, Luis (2013). **Toda empresa necessita de investimentos**. Disponível em: <http://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/DuvidaFrequente/Toda-empresa-necessita-de-investimentos>. Acesso em: 28 de agosto de 2018.

MARION, Jose Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 3. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2007.
MATARAZZO, Dante C. (Dante Carmine). **Análise financeira de balanços: demonstrações financeiras**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, Joao Bosco. **Redação científica: a prática de Fichamento, Resumos, resenhas**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEINEN, Ênio, DOMINGUES, Jefferson N., DOMINGUES, Jane A. S. **Cooperativas de crédito no direito brasileiro**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2002.

MENEZES, JOSÉ SALVINO DE. **Cooperativismo de crédito: o futuro para a economia sustentável**. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.com.br/news/2012/10/cooperativismo-de-credito-o-futuro-para-a-economia-sustentavel-por-jose-salvino-de-menezes>. Acesso em: 23 agosto 2018.

MORI, Daniela Bortolotto. **Análise das Demonstrações Financeiras: sua importância para concessão de crédito**. Ciências Sociais Aplicadas da UFPR. Curitiba/PR, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33851/R%20-%20E%20-%20DANIELA%20BORTOLOTTO%20MORI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 23 agosto 2018.

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e análise de balanços**. 9ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PLANALTO – **LEI Nº 6404/76**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm. Acesso em: 23 agosto 2018.

PLANALTO – **LEI Nº 11638/07**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 23 agosto 2018.

PEDON, Julismar da Silva. **Cooperativas sustentáveis no estado de Rondônia: estratégias para fortalecimento da agricultura familiar**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Administração da Universidade Federal de Rondônia como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração. Porto Velho-RO, 2013.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, José Pereira. **Gestão e análise de risco de crédito**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de Crédito: concessão e gerência de empréstimos**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1995.

PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo de Crédito no Brasil**. Santo André. SP: CONFERBRAS/ESETEC, 2004.

RECEITA FEDERAL – **LEI Nº 11949/097**. Disponível em:
<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2009/lei11941.htm>. Acesso em: 23 agosto 2018.

SILVA, Alini; PADILHA, Edilson Sidnei; DA SILVA, Tarcisio Pedro. Análise da Performance Econômico-Financeira das 25 Maiores Cooperativas de Crédito Brasileiras. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 32, p. 303-333, 2015.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Gestão financeira para cooperativas de produção, consumo, crédito e demais sociedades**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.